



licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é a execução, EMPREITADA GLOBAL, para pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Maringa, no Distrito de Aparecida do Ivaí, município de Santa Monica-PR, com recurso financeiro do Programa Planejamento Urbano, do Ministério das Cidades, nos termos do Processo nº 1043259-SK/2017 - Convênio 849768, cuja obra dar-se-á de conformidade ao projeto básico constante no presente processo. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados e podem ser adquiridos de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Santa Monica, Setor de Licitação, sito à Rua Dona Marieta Macellari, nº 588, centro, bem como através do site eletrônico na internet [www.santamonica.pr.gov.br](http://www.santamonica.pr.gov.br) ou obtidas as informações através do Fone/Fax (44) 3455-1107. Os envelopes "Documentação de Habilitação e Proposta" deverão ser entregues no Setor de Licitação no endereço já mencionado, a partir das 08h30min do dia 25 de maio de 2018, com abertura para o mesmo dia 125.05/2018 às 08h45min.

Santa Monica-PR, 7 de maio de 2018.  
SÉRGIO JOSÉ FERREIRA  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018

O Município de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 21 de Maio do ano de 2018, na Av. Paraná nº 61 em Santa Tereza do Oeste, Paraná, Brasil, PREGÃO PRESENCIAL, menor preço por item, aquisição de um Veículo Micro-ônibus 6KM Adaptado para passageiros com Deficiência tipo cadeirante de acordo com Resolução CONTRAN 316/09 (capacidade de 20 a 24 Passageiros, Conforme Proposta 1228828000/117042 Ministério da Saúde).

Local: Prefeitura Municipal.  
A Pasta com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, anexos e planilhas, deverão ser retiradas no endereço acima indicado a partir do dia 09 de maio de 2018 no horário das 08:00 às 12:00h e das 13:30 às 17:00 hs.

Santa Tereza do Oeste - 8 de maio de 2018.  
Flavio Marcinik  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

##### AVISO DE ATERRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2018 - SERMALI

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola e Equipamentos Diversos para atender as exigências do Contrato de Repasse nº 1042839-57/847341/2017/MA/PA/CAIXA.  
O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS vem através do SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS MATERIAIS E LICITAÇÕES, comunicar que o Pregão Eletrônico nº 074/2018 - SERMALI teve sua ABERTURA remarcada para o dia 23 de maio de 2018, às 08h30min. O edital completo poderá ser conferido através do endereço eletrônico [http://www.comprasnet.gov.br/consul/licitacoes/CosulLicitacao\\_Filtro.asp](http://www.comprasnet.gov.br/consul/licitacoes/CosulLicitacao_Filtro.asp) informando o N.º do Pregão e o código UASG 987985. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, sito na Rua Passos Oliveira nº 1101 - Centro, no horário compreendendo das 08h00min às 17h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelos telefones (41) 3299-8251 e ou 3381-6670.

São José dos Pinhais, 7 de maio de 2018.  
PAULO CÉSAR MAGNUSKEI  
Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

##### AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2018

O Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, até 31 de dezembro de 2018, para a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor (amador rural) ou de suas organizações desmembradas a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, na Rua Marçal Castelo Branco, 979 - centro, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (45) 3259-1150.

São José das Palmeiras, 7 de Maio de 2018.  
GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

##### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018

Processo Administrativo nº 039/2018. Objeto: contratação de empresa especializada para conclusão da obra de construção de quadra escolar coberta com vestiário, conforme Termo de Compromisso PAC7 09797/2014, no Distrito de Aparecida do Oeste, no Município de Tuneiras do Oeste. Tipo de julgamento: Menor Preço Global. Data e horário da sessão de abertura: 25/05/2018, às 9h00min. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.008/07, e Lei Complementar nº 123/06. INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 - Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao link do Portal da Transparência no site [www.tuneirasdoeste.pr.gov.br](http://www.tuneirasdoeste.pr.gov.br), ou através do email [licita.tuneiras@gmail.com](mailto:licita.tuneiras@gmail.com).

Tuneiras do Oeste-PR, 8 de maio de 2018.  
JOSÉ VINÍCIUS CUARELI ALÉCIO  
Presidente da Comissão.

#### ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018 - SRP

Processo Licitatório Nº 40/2018. Obj. Selecionar propostas para obtenção de REGISTRO DE PREÇOS, para eventual contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo tipo Ambulância A - SAÚDE. Abert.: 22/05/18 às 15h. EDITAL NO SITE: [www.afraio.pe.gov.br](http://www.afraio.pe.gov.br).

Afrânio-PE, 8 de maio de 2018.  
VANDELMAR NOGUEIRA DA SILVA  
Pregoeiro

##### AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018 - SRP

Processo Licitatório Nº 33/2018.  
O Pregoeiro torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, PL nº 033/2018 - PP/SRP nº 028/2018, publicado em 12/01/11 do 25/04/2018, Nº 79, Seção 3, altera a data de realização de abertura para o dia 22/05/18 às 10h e Errata do Número do Processo, onde se lê PL nº 032/2018, Leia-se: PL nº 033/2018. EDITAL NO SITE: [www.afraio.pe.gov.br](http://www.afraio.pe.gov.br).

Afrânio-PE, 8 de maio de 2018.  
VANDELMAR NOGUEIRA DA SILVA  
Pregoeiro

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI

##### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2018

O município de Amaraji - Estado de Pernambuco torna público que realizará o CREDENCIAMENTO Nº 001/2018, cujo objeto é credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviço de manuseio de arquivos digitais, conforme critérios, termos e condições estabelecidos no edital e nos seus anexos. A verificação dos documentos relativos ao Credenciamento ocorrerá a partir do dia 08/05/2018. Local: Comissão de Licitação, na Rua João Luiz da Costa Gomes nº 362, Centro, Amaraji - PE, CEP: 55.515-000. Demais informações pelo fone: (081) 3553-1944, no horário de 8:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail: [cpl.amaraji@gmail.com](mailto:cpl.amaraji@gmail.com).

Amaraji-PE, 4 de maio de 2018.  
MARTA BARBOSA DA SILVA  
Presidente da CPL

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARIPINA

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

Processo Licitatório 003/2018; Pregão Presencial 003/2018 - Exclusiva Para MeEpp - Natureza Compras. Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de Gêneros Alimentícios para Atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constante no Termo de Referência, anexo I a este Edital. Apresentação das propostas/habilitação, 23 de maio de 2018 às 08h30min. Valor Total Estimado R\$ 427.682,62 (quatrocentos e vinte e sete mil seiscientos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos). MAIORES INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araripina, rua Coelho Rodrigues, 174 1º andar, (87) 38732573, na sala da CPL, ou pelo e-mail [cpl.araripina.pe.gov.br](mailto:cpl.araripina.pe.gov.br), de segunda a sexta-feira das 08:00 às 14:00h, exceto feriados, o Edital será disponibilizado no site [www.araripina.pe.gov.br](http://www.araripina.pe.gov.br).

Em 8 de maio de 2018.  
FRANCISCO EMANOEL DO VALE  
Pregoeiro

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

##### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2018

Processo Nº 027/2018 - Serviços de Engenharia. Serviços de engenharia para reapecamento asfáltico sobre pavimento em paralelepípedos graníticos existente no município, através de contrato de repasse com o Ministério das Cidades. Valor: R\$ 252.365,00. Data e Local da sessão de abertura: 28.05.2018, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, localizada no prédio sede da Prefeitura, sito à Praça São Félix, nº 20 - Centro. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura ou através do fone/fax (81) 3743-1156, no horário de 08:00 às 12:00 h, de segunda a sexta, ou, ainda, através de solicitação por e-mail: [cpl.camocimsfelix@gmail.com](mailto:cpl.camocimsfelix@gmail.com).

Camocim de São Félix-PE, 7 de maio de 2018.  
SÉRGIO LUIZ VIEIRA  
Pregoeiro

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU

##### AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 6/2018 - CPL/O

(Processo Nº. 024/2018 - CPL/O). Objeto: Requalificação do Mercado de Carne, Mercado de Farinha e Casa Rosa. Valor total estimado: R\$ 6.133.665,83 (seis milhões cento e trinta e três mil seiscientos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos). Data e hora de abertura: 12 de junho de 2018 às 09:00h. Informações na sala da CPL, localizada na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n, Bloco "B", 5º Andar, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral dos Editais no horário das 07:00h às 13:00h, pelo fone: 81-3701-1156 (Ramal 225) ou baixar o arquivo com o edital no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br) no link "licitações" ou através do email [cplbras.caruaru@gmail.com](mailto:cplbras.caruaru@gmail.com).

##### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 7/2018 - CPL/O

(Processo Nº. 026/2018 - CPL/O). Objeto: Construção de bucos celulares de concreto e passarelas em diversas ruas na zona urbana e rural de Caruaru. Valor total estimado: R\$ 1.832.146,14 (um milhão oitocentos e trinta e dois mil cento e quarenta e seis reais e quatorze centavos). Data e hora de abertura: 13 de junho de 2018 às 09:00h. Informações na sala da CPL, localizada na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n, Bloco "B", 5º Andar, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral dos Editais no horário das 07:00h às 13:00h, pelo fone: 81-3701-1156 (Ramal 225) ou baixar o arquivo com o edital no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br) no link "licitações" ou através do email [cplbras.caruaru@gmail.com](mailto:cplbras.caruaru@gmail.com).

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

A CPL/O da Prefeitura Municipal de Caruaru torna pública a realização das seguintes licitações: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2018 - CPL/O (Processo Nº. 025/2018 - CPL/O). Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 01 (um) transformador de distribuição trifásico 225kVA, tensão nominal 13,8/0,38-0,22kV, inserido em líquido mineral isolante para Escola Municipal Professor Altair Nunes Porto Filho. Valor total estimado: R\$ 44.252,21 (quarenta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos). Data e hora de abertura: 23 de maio de 2018 às 09:00h. Informações na sala da CPL, localizada na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n, Bloco "B", 5º Andar, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral dos Editais no horário das 07:00h às 13:00h, pelo fone: 81-3701-1156 (Ramal 225) ou baixar o arquivo com o edital no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br) no link "licitações" ou através do email [cplbras.caruaru@gmail.com](mailto:cplbras.caruaru@gmail.com).

##### TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2018 - CPL/O

(Proc. Nº. 020/2018 - CPL/O). Tipo técnica e preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração do estudo de viabilidade da Feira do Parque 18 de Maio. Valor total estimado: R\$ 553.923,45 (quinhentos e cinquenta e três mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos). Nova Data e hora de abertura: 11 de junho de 2018 às 09:00h. Informações na sala da CPL, localizada na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n, Bloco "B", 5º Andar, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral dos Editais no horário das 07:00h às 13:00h, pelo fone: 81-3701-1156 (Ramal 225) ou baixar o arquivo com o edital no site: [www.caruaru.pe.gov.br](http://www.caruaru.pe.gov.br) no link "licitações" ou através do email [cplbras.caruaru@gmail.com](mailto:cplbras.caruaru@gmail.com).

Caruaru-PE, 7 de maio de 2018.  
MELIANA MOREIRA MARTIN  
Presidente da Comissão

##### RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018 CPL/O

A CPL/O da Prefeitura Municipal de Caruaru torna pública que a empresa VRA CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.524.547/0001-35, se sagrou vencedora na Tomada de Preços nº 006/2018 CPL/O (Proc. 018/2018 CPL/O), que tem

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL		
Classificação	Nome	Doc. Identidade
15º	PALOMA CRISTINA DE OLIVEIRA	12.724.877-0

II – A candidata deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município, no período de **09 a 15 Maio do ano de 2018**, pessoalmente, munido dos documentos exigidos nos termos dos itens 1.3, 3 e 8.1 do Edital 014/2017, sob pena de perder o direito a contratação.

III – Os candidatos serão contratados, caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 20hs (vinte horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

IV – A vigência do contrato obedecerá o disposto no item 8.1.4 do Edital 014/2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

*São José da Boa Vista-PR, 08 de Maio de 2018*

**PEDRO SERGIO KRONEIS**  
Prefeito do Município

Publicado por:  
José Ricardo da Silva  
Código Identificador:33510DC3

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 087/2018 - NOMEIA CARGO DE**  
**PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

**PORTARIA Nº 087/2018**  
**DATA:** 04 de maio de 2018

SÚMULA: Nomeia cargo de provimento em comissão.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.**  
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 590/2017.

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Nomear o senhor **JULIO CESAR XAVIER**, portador do RG nº 4.247.752-4/PR no cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES**, cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-2 da tabela de vencimentos.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 04 de maio de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira  
Código Identificador:DCD4E312

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 088/2018 - RETORNO DE LICENÇA**

**PORTARIA Nº 088/2018**  
**DATA:** 03 de maio de 2018

SÚMULA: Retorno de Licença para tratar de interesses particulares.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,**  
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o na Lei Municipal 590/2017;

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Retornar da licença para tratar de interesses particulares a partir do dia 28 de abril de 2018, a senhora **REGINA APARECIDA DA SILVA GUEDES**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**.

**Art. 2º** - A licença mencionada no artigo anterior foi concedida através da Portaria nº 091/2016.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 28 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 03 de maio de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira  
Código Identificador:CD3F4DC5

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº**  
**09/2018- SJP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018.**

Objeto: Aquisição de 01 (um) micro-onibus novo/zero quilometro destinado a secretaria de Educação, cultura e esportes do Município de São José das Palmeiras – Pr, conforme especificações contidas no anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 04/2018

Contratante: Município de São José das Palmeiras  
Contratado: Rodo Oeste Veículos e Peças Ltda  
Fundamento: ART. 57, da Lei 8.666/93.

Altera o prazo de entrega, constante da Clausula Quarta, de 65 (sessenta e cinco) dias para 80 (oitenta) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.

São José das Palmeiras/PR, 03 de Maio de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira  
Código Identificador:6019AAFA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018.**

O Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, até 31 de dezembro de 2018, para a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Maiores informações podem ser obtidas na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (45) 3259-1150.

São José das Palmeiras, 07 de Maio de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal



**Estado do Paraná**

- 1 -

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

DA: ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre Inexigibilidade de Licitação nº 03/2018

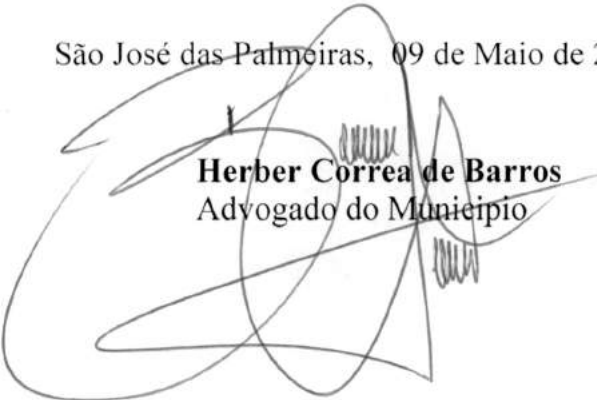
Por determinação do Senhor Prefeito Municipal e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, referente a Inexigibilidade de Licitação nº 03/2018, em que transcorre o procedimento licitatório nesta modalidade, para o credenciamento referente a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que faz parte desta Inexigibilidade veio a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico quanto à minuta do instrumento de Inexigibilidade de Licitação, face ao contido no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Examinada a minuta referida e encartada, entendemos que guardam regularidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, visto que presente as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar preferências ou discriminações.

Embora não esteja previsto nos incisos do art. 25 da Lei 8.666/1993, o credenciamento tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade inserida no caput do referido dispositivo legal, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão.

Desta forma, a minuta pode ser adotada. Restituam-se os autos à Secretaria responsável.

São José das Palmeiras, 09 de Maio de 2018.

  
**Herber Correa de Barros**  
Advogado do Município



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**PROCESSO LICITATORIO Nº 023/2018**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018**

**CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DIRETOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU DE SUAS ORGANIZAÇÕES**

**I - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:**

Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**II - SOLICITANTE:**

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**III - DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**IV - RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE:**

Por ser inviável a competição, uma vez que os valores são fixados unilateralmente pela administração.

**V – FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

**VI - CREDENCIADOS**

Quem se habilitar.

**VI – PREÇO:**

Item	Especificação	Unidad e (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos – Convencional 9249	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional 9250	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca descascada emb. Cong. Convencional 9251	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface – Convencional 9252	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho – Convencional - 9253	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão – Convencional 9254	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica – convencional 9255	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata – Convencional 9256	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce – convencional 9257	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba convencional 9258	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
11	Bolacha caseira convencional 9259	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis convencional 9260	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha convencional 9261	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura convencional 9262	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu convencional 9263	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga convencional 9264	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples convencional 9265	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso convencional 9266	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores convencional 9267	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba convencional 9268	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima convencional 9269	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maçã convencional 9270	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão convencional 9272	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

24	Melancia convencional 9273	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) convencional 9274	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional 9275	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho convencional 9276	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha convencional 9277	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncã convencional 9278	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
30	Abacaxi convencional 9786	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pêra - convencional - 10492	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott convencional - 10493	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino - convencional - 10494	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate - convencional - 10495	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL.....					R\$ 28.994,30

**VIII – JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR E PREÇO:**

Os fornecedores são os que preencherem os pressupostos para habilitação estabelecida em Lei e pela Administração. Os valores foram fixados unilateralmente pela Administração com base na tabela de Preços do PNAE Estadual 2018.

**IX – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

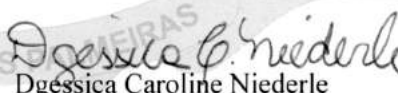
DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	880	05.001.12.361.0004.2028	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2018	890	05.001.12.361.0004.2028	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

**IX -PRAZO:** O prazo para fornecimento será até 31 de Dezembro de 2018.

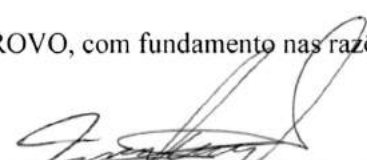
São José das Palmeiras, 09/05/2018.

  
Josiani Patricia Saft  
Presidente

  
Maria Claudineia Marques Bassi  
Membro

  
Dgessica Caroline Niederle  
Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 09/05/2018.

  
GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito Municipal



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018**  
**PROCESSO LICITATORIO Nº 023/2018**

Com fundamento no Art. 25, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, RATITICO a quem se habilitar, o Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, com as seguintes dotações:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	880	05.001.12.361.0004.2028	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2018	890	05.001.12.361.0004.2028	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

Em favor do Município, tendo presente o constante dos autos.

São José das Palmeiras, em 09/05/2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018  
PROCESSO LICITATORIO Nº 023/2018

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Fundamento legal: Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93

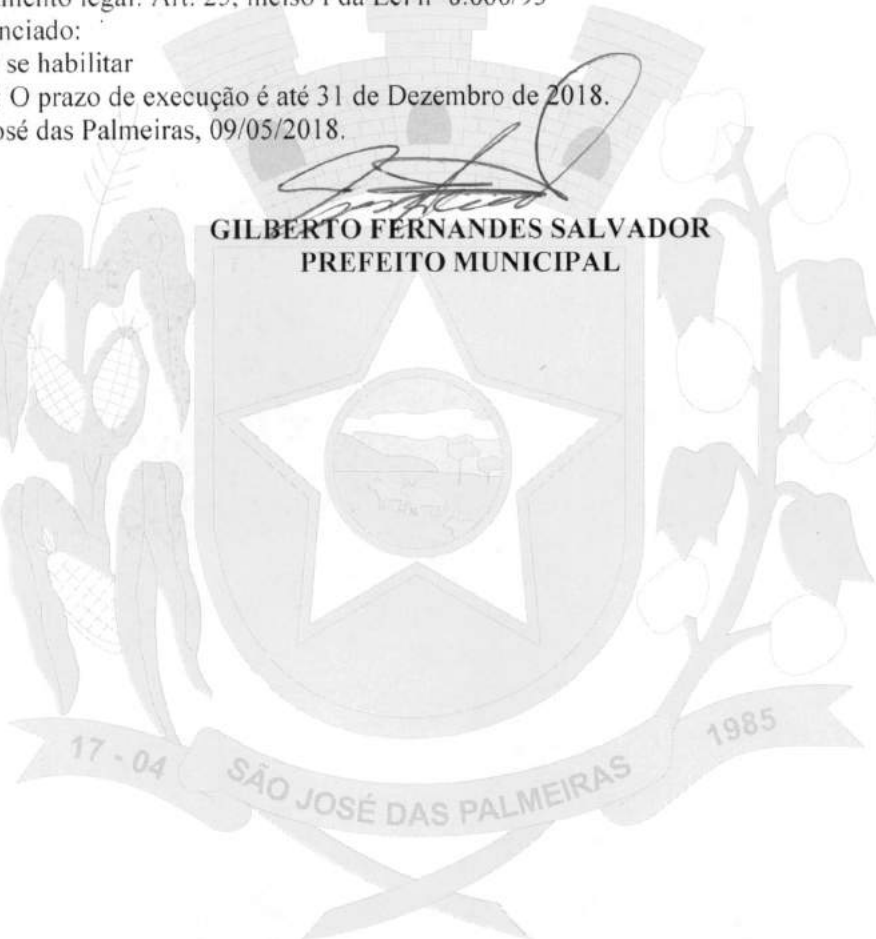
Credenciado:

Quem se habilitar

Prazo: O prazo de execução é até 31 de Dezembro de 2018.

São José das Palmeiras, 09/05/2018.

  
**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



Ofício 010/2018

**A**  
**Comissão de Licitações**


Assunto

Documentos proposta edital de Chamamento Público 01/2018.

O presidente da Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março, de São José das Palmeiras, vem por meio deste encaminhar a documentação e a proposta para participar do Edital de Chamamento Público 01/2018,

- 01 – Ata da última eleição
- 02 - Estatuto e CNPJ
- 03 – CND Federal
- 04 – CND Estadual
- 05 – CND Municipal
- 06 - Certidão FGTS
- 07 - Certidão negativa Falência ou concordata
- 08 – Certidão Negativa débitos trabalhistas Val 11/09/2018
- 09 – DAP, Extrato da DAP e Relação dos associados
- 10 – Proposta assinada
- 11 – Declaração idoneidade
- 12 – Declaração ao cumprimento do art. 7º, não utilização de mão-de-obra infantil
- 13 – Declaração de concordância com as normas do Edital.
- 14 – Certidão Liberatória TCE

São José das Palmeiras – PR 11 de Maio de 2018.

  
Ademir A. Zamban  
Secretário



ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO  
CNPJ 07.929.675/0001-69

Estrada Barra Funda Parte do Lote Rural 25 da Gleba nº 02,  
Zona Rural, Linha Barra Funda – São José das Palmeiras – PR.



ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DEZEMBRO DE 2017

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois e dezessete, reuniram-se os associados da Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março em Assembleia extraordinária para eleição da diretoria. Sendo a primeira convocação às oito horas, segunda convocação às nove horas e terceira convocação às dez horas, com trinta e cinco sócios presentes. Sendo que o presidente Sr. José Roberto Rigo, fez a saudação a todos desejando boas vindas. Em seguida convidou ao secretário para a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi lida, discutida e aprovada na sua íntegra. No item seguinte o presidente fez a leitura do Edital de convocação da Assembleia. Em seguida colocou em discussão a situação para a renovação da diretoria. Foi apresentada somente uma chapa, a qual foi prontamente aprovada por todos os presentes, por unanimidade, ficando a chapa assim constituída, Presidente: José Roberto Rigo, portador do CPF: 805.212.749-15; vice-presidente: Eliza Walter Zimpel, portadora do CPF: 033.417.939-41; tesoureiro: Jeremias Franco de Oliveira, portador do CPF nº 452.844.319-87; vice-tesoureiro: Agostinho Fassicolo, portador do CPF nº 334.344.259-34; Secretário: Ademir Agostinho Zamban, portador do CPF nº 502.778.129-68; vice-secretária: Beatris Francener Sarmento, portadora do CPF nº 030.832.619-93; Diretora Comercial: Hulda Kamchen Fachi, portadora do CPF nº 955.652.729-04; Diretora de Comunicações: Gerusa da Silva Nascimento, portadora CPF nº 034.331.359-67; Conselho Fiscal Efetivo: Marli Aparecida Crizol Ribeiro, portadora do CPF nº 042.495.559-84; Jerônimo Eckerdt, portador do CPF nº 431.687.529-91; Irineu Santo Prando, Portador do CPF nº 283.636.479-34 suplentes do Conselho Fiscal: Nasalet Borre, portadora do CPF nº 030.201.959-89; Ademar Cattani, portador CPF nº 020.387.409-92 Alipio João Hoelscher, portador do CPF 119.753.859-34. Sem mais para o momento, eu Ademir Agostinho Zamban, lavrei esta ata que após lida e discutida e se aprovada, será assinada por mim e os demais associados presentes.

José Roberto Rigo – Presidente

Jeremias Franco de Oliveira – Tesoureiro

Ademir Agostinho Zamban – Secretário

SERVIÇO DISTRIAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Comarca de Santa Helena - Estado do Paraná  
Rua Mai Castelo Branco, 832 Fone: (45)3259-1283

SELO DIGITAL

N3ncM . DTm2U . p3EWX - a6szU . m8RFV

Valide este selo em <http://funapen.com.br>

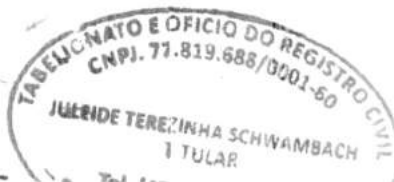
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) indicada(s) de  
JOSÉ ROBERTO RIGO, JEREMIAS FRANCO DE OLIVEIRA  
e ADEMIR AGOSTINHO ZAMBAN.

Dou fé

Em testamento da verdade

São José das Palmeiras, 20 de dezembro de 2017

Juliete Terezinha Schwambach - Tabelã



## ESTATUTO

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E FINS

**ARTIGO 1º** - A Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março, também designada pela sigla **AAFO 1º MARÇO**, é uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, fundada em 1º de março de 2006, com sede no município de São José das Palmeiras, estado do Paraná e foro na Comarca de Santa Helena, reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes.

**ARTIGO 2º** - As finalidades da **AAFO 1º MARÇO** abrangem todo o campo da Agroecologia, definida como métodos de produção agrícola e afins, baseados em tecnologias alternativas, sem o emprego de agroquímicos, produtos geneticamente modificados (transgênicos) e quaisquer outros insumos ou práticas que venham a representar riscos à saúde e ao meio-ambiente. Visando especialmente a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e do solo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para atingir tais finalidades, a **AAFO 1º MARÇO** poderá:

- a) promover o permanente e rigoroso controle de qualidade e do valor biológico dos produtos de seus associados, para que atendam às exigências das Normas Técnicas de Certificação da Produção, inclusive através de análises que garantem o não uso de agroquímicos e outros contaminantes, conduzidas em laboratórios oficiais e de idoneidade reconhecida;
- b) apoiar e promover a aquisição de insumos, o transporte dos produtos, bem como envidar esforços para a obtenção de créditos e quaisquer outros recursos ou serviços que possam beneficiar seus associados;
- c) promover estudos e pesquisas sobre métodos alternativos de produção agrícola e afins e de comercialização de produtos orgânicos;
- d) realizar encontros, seminários, cursos e outras atividades educacionais, com o objetivo de dar máxima divulgação aos assuntos ligados à agricultura orgânica visando a educação ambiental;
- e) apoiar, promover e até intermediar a comercialização, industrialização e beneficiamento da produção dos seus associados;
- f) integrar a agricultura com os demais setores, tais como: saúde, educação e outros;
- g) aceitar e apoiar na Associação agricultores que estejam produzindo em regime de conversão orgânica.

**ARTIGO 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, a **AAFO 1º MARÇO** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e não fazendo qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião e agindo de forma suprapartidária.



Inel Roberto Hauenstein

**ARTIGO 4º - A AAFO 1º MARÇO** disciplinará seu funcionamento por meio das Normas Técnicas de Certificação da Produção, emitida pela Assembléia Geral e Ordens Executivas emitidas pela Diretoria.

**ARTIGO 5º -** A fim de cumprir com suas finalidades, a **AAFO 1º MARÇO** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se reger-se-ão pelas disposições estatutárias.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ASSOCIADOS (AS)**

**ARTIGO 6º -** Poderá ser sócio(a) da **AAFO 1º MARÇO** todo agricultor(a), seja na condição de proprietário(a), parceiro(a), meeiro(a), arrendatário(a) que se dedique a produção agrícola e afins, dentro das normas objetivadas por esta Associação nos termos dos artigos 2º deste Estatuto. A **AAFO 1º MARÇO** será formada pelas três categorias de associados abaixo discriminadas:

- a) sócio(a) agricultor(a) fundador(a): aqueles que participaram da constituição e assinaram a Ata de Fundação da Associação;
- b) sócios(as) agricultores(as): aqueles que se dedicam diretamente à atividade de produção agrícola e afins e/ou beneficiamento de produtos, que terão os direitos e deveres especificados nos Artigos 11 e 12 deste Estatuto;
- c) sócios(as) especiais, sócios(as) de honra, não agricultores(as) envolvidos(as) em atividades ligadas à Agroecologia, e que venham apoiar as iniciativas da Associação. Poderão efetuar sugestões e críticas, porém não terão direito a voto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** A inclusão de um novo(a) sócio(a), será avaliada pelo Conselho de Ética, e aprovado(a) pela Diretoria Executiva. O mesmo deverá possuir capacitação em produção orgânica, e seu ingresso será efetivado mediante o pagamento de jóia conforme Regulamento Interno.

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** O número de sócias(as) especiais não poderá exceder o percentual de cinquenta por cento do total dos associados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO -** O número de associados(as) não terá limite quanto ao máximo.

**ARTIGO 7º -** Cada associado(a) é livre para desligar-se, por sua vontade, da Associação, mediante carta dirigida ao Presidente, não podendo lhe ser negado o desligamento, desde que, esteja quites, em dia com suas obrigações frente a entidade.



**Joel Roberto Hauenstein**  
Advogado OAB/PR 30.165

**ARTIGO 8º** - A eliminação será efetuada pela Diretoria Executiva, com relação ao associado(a) que infringir disposições legais ou estatutárias, após o infrator(a) haver sido notificado por escrito.

**ARTIGO 9º** - A exclusão compulsória do associado(a) ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos para a sua admissão ou permanência na Associação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de morte, o associado(a) poderá ser substituído por um membro de sua família, maior de dezoito anos, que mantenha os compromissos, deveres e direitos da **AAFO 1º MARÇO**, estabelecidos neste Estatuto.

**ARTIGO 10º** - São direitos dos associados(as):

- a) participar das promoções da Associação;
- b) beneficiar-se da certificação fornecida por um órgão de certificação indicado pela Associação na comercialização de seus produtos;
- c) propor a Diretoria Executiva medidas que visem ao aprimoramento da Associação e ao bom cumprimento de seus objetivos;
- d) participar das Assembléias Gerais;
- e) solicitar a exclusão do quadro social;
- f) votar e ser votado, havendo o limite máximo de dois votantes por família de associados, maiores de dezesseis anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O associado(a) só poderá fazer gozo dos seus direitos, desde que, esteja em dia com suas obrigações frente a Associação.

**ARTIGO 11** - São deveres dos associados(as):

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Associação, em especial respeitar rigorosamente os princípios da agricultura orgânica, conforme expressos nas Normas Técnicas de Certificação da Produção, em sua atividade de produtor(a) rural;
- b) manter-se em dia com suas obrigações financeiras para com a Associação;
- c) exercer criteriosamente cargos, atribuições e serviços que lhe forem confiados.

**ARTIGO 12** - Os(as) associados(as) não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA**

**ARTIGO 13** - O patrimônio da **AAFO 1º MARÇO** será constituído por todos os bens móveis e imóveis, e direitos que a Associação adquirir.



*Joel Roberto Hauenstein*



**ARTIGO 14** – A receita da **AAFO 1º MARÇO** será constituído de:

- a) contribuição dos associados;
- b) doações de pessoas físicas ou entidades públicas ou privadas, dependentes de aprovação da Diretoria Executiva;
- c) rendas de atividades educacionais;
- d) rendas de quaisquer outros tipos de atividades ou serviços que possam servir aos objetivos da Associação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O ano social-financeiro da **AAFO 1º MARÇO** coincidirá com o ano civil.

**ARTIGO 15** – A venda total ou alienação do patrimônio pertencente à **AAFO 1º MARÇO**, seu gravame total ou parcial através de hipotecas ou outras formas de garantia, dependerão sempre da autorização expressa da Assembleia Geral, com a participação de maioria absoluta cinquenta por cento mais um (50% + 1).

**ARTIGO 16** – No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

**ARTIGO 17** – Na hipótese da Associação obter e, posteriormente perder a qualificação instituída pela lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**ARTIGO 18** – A Assembleia Geral dos(as) associados(as) é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites legais e deste Estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da sociedade.

**ARTIGO 19** – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

**ARTIGO 20** – Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- a) apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria Executiva e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) eleger e empossar os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Conselho de Ética;
- c) aprovar programas da Associação ao exercício vigente.

**ARTIGO 21** – Compete a Assembleia Geral Extraordinária, em especial:



*Inel Roberto Hauenstein*

- a) deliberar sobre a dissolução voluntária da Associação e, nesse caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) decidir sobre as mudanças dos objetivos da Associação e sobre a reforma deste Estatuto;
- c) deliberar sobre assuntos específicos, proveniente de uma convocação extraordinária.

**ARTIGO 22** – É de competência das Assembléias Gerais a destituição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Ética, bem como o julgamento de recursos dos associados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou da fiscalização da Associação, a Assembléia poderá designar diretores(as) ou conselheiros(as) provisórios(as), até a posse de novos(as), cuja eleição se fará no prazo máximo de trinta dias.

**ARTIGO 23** – O quorum para a instalação da Assembléia Geral será de cinquenta por cento mais um (50% + 1), de associados em dia com suas obrigações sociais, em primeira convocação, e de qualquer número, em segunda convocação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, executando-se os casos previstos no Artigo 19º, em que é exigida a maioria de cinquenta por cento mais um (50% + 1).

**ARTIGO 24** – As Assembléias serão normalmente convocadas pelo Presidente mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderão também ser convocadas por qualquer membro da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, Conselho de Ética ou, ainda, por vinte por cento mais um dos sócios (20% + 1) dos associados em pleno gozo dos seus direitos sociais, após solicitação não atendida.

**ARTIGO 25** – As Assembléias serão convocadas com antecedência mínima de dez dias, por meio de edital afixado na sede da Associação e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes.

**ARTIGO 26** – O que ocorre nas reuniões de Assembléia deverá constar em ata aprovada e assinada pelos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho de Ética presentes, por uma comissão de dez associados designados pela Assembléia e, ainda por quantos queiram fazer.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**



**ARTIGO 27 – A AAFO 1º MARÇO** será administrada por uma Diretoria Executiva eleita e empossada pela Assembléia Geral, com mando de dois anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva nos mesmos cargos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A Diretoria Executiva compor-se-á de um(a) Presidente(a) e vice, um(a) Secretário(a) e vice, um(a) Tesoureiro(a) e vice, um(a) Diretor(a) Técnico(a), um(a) Diretor(a) Comercial e um(a) Diretor(a) de Comunicações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A Associação não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A Associação arcará com as despesas obtidas por membros que deverão ser designados pela Diretoria, até o limite de dois, para participarem em eventos de interesse da entidade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os cargos da Diretoria Executiva serão assumidos por agricultores(as) sem vínculos empregatícios.

**ARTIGO 28** – Compete ao(a) Presidente(a):

- a) coordenar as atividades da Diretoria Executiva;
- b) convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral;
- c) representar a Associação em todos os atos ou cerimônias em que a mesma tome parte, bem como em juízo ou fora dele;
- d) admitir e dispensar os servidores da Associação, após aprovação da Diretoria Executiva;
- e) autorizar as despesas previstas no orçamento mensal aprovado pelo Conselho Fiscal;
- f) assinar cheques e ordens de pagamento, bem como administrar as demais atividades bancárias e financeiras, juntamente com o Diretor Tesoureiro;
- g) apresentar à Assembléia Geral, no mês de janeiro de cada ano, relatório dos trabalhos realizados no exercício anterior, acompanhado de prestação de contas;
- h) voto de desempate nas reuniões das Assembléias Gerais.

**ARTIGO 29** – Compete ao(a) Vice Presidente(a):

- a) substituir o(a) Presidente(a) em seus impedimentos e colaborar nos trabalhos administrativos;
- b) assumir encargos, por deliberação de presidência, quando solicitado;
- c) prestar, de modo geral, sua colaboração com o(a) Presidente(a).

**ARTIGO 30** – Compete ao(a) Secretário(a):

- a) secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva, das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos seus livros, documentos e arquivos;



Inel Roberto H. H. H.

- b) providenciar a documentação necessária ao funcionamento da Associação;
- c) zelar pela correspondência da Associação e pelas responsabilidades delegadas pela Diretoria Executiva;
- d) assinar com o(a) Presidente(a) ou outro Diretor(a) documentos referentes à Secretaria;
- e) dirigir os trabalhos afetos à Secretaria.

**ARTIGO 31 – Compete ao Vice Secretário(a):**

- a) substituir o titular no seu afastamento ou impedimento;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) prestar, de modo geral, a sua colaboração ao(a) Secretário(a).

**ARTIGO 32 – Compete ao(a) Tesoureiro(a):**

- a) cobrar jôias, mensalidades, cotas e quaisquer contribuições, depositando-as em estabelecimento bancário escolhido pela Diretoria Executiva e emitindo os respectivos recibos;
- b) assinar cheques juntamente com o(a) Presidente(a);
- c) elaborar o orçamento mensal da Associação e apresentá-lo a Diretoria Executiva para aprovação;
- d) manter o controle da receita e das despesas, elaborando balancetes mensais e balanços anuais;
- e) manter o controle das contas bancárias da Associação;
- f) zelar pelos livros e documentos de contabilidade da Associação;
- g) zelar pelo reconhecimento das obrigações fiscais tributárias e previdências da responsabilidade da Associação.

**ARTIGO 33 – Compete ao(a) Vice Tesoureiro(a):**

- a) substituir o titular no seu afastamento ou impedimento;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o término;
- c) prestar, de modo geral, a sua colaboração ao(a) Tesoureiro(a).

**ARTIGO 34 – Compete ao(a) Diretor(a) Técnico:**

- a) conhecer com maior profundidade as Normas Técnicas de Certificação da Produção, estar acompanhado, atualizado e informado aos demais membros da Associação quando houver alterações;
- b) manter contatos com instituições ligadas à agricultura orgânica;
- c) apoiar pesquisas sobre métodos de produção em agricultura orgânica;
- d) coordenar as atividades do Conselho de Ética do qual é membro nato;
- e) reunir informações sobre agricultura orgânica e providenciar a sua divulgação entre os associados, juntamente com o(a) Diretor de Comunicações.

**ARTIGO 35 – Compete ao(a) Diretor(a) Comercial:**

- a) promover e articular a comercialização da produção dos associados com novos parceiros;
- b) cuidar com que as parcerias atendam os interesses dos associados;
- c) elaborar a estratégia de apoio à comercialização da **AAFO 1º MARÇO**, submetendo-a a aprovação da Diretoria Executiva;



*Inel Roberto Henriques*



- d) administrar o funcionamento dos pontos de venda coordenados pela Associação;
- e) promover a compra em comum de insumos pelos sócios-agricultores.

**ARTIGO 36 – Compete ao(a) Diretor(a) de Comunicações:**

- a) providenciar a aquisição de publicações para a biblioteca da Associação;
- b) divulgar a agricultura orgânica junto aos sócios-agricultores;
- c) providenciar a participação da **AAFO 1º MARÇO** em congressos, encontros e seminários e debates ligados à agroecologia;
- d) responsabilizar-se pela organização de cursos, encontros e seminários para associados, agricultores e o público em geral;
- e) encarregar-se da publicidade das atividades da Associação aprovadas pela Diretoria Executiva;
- f) elaborar o Boletim Informativo, sendo que os assuntos técnicos deverão ser submetidos à aprovação do Diretor Técnico;
- g) manter os associados informados das atividades da Associação, inclusive remetendo-lhes trimestralmente, os balancetes mensais.

**ARTIGO 37 – A AAFO 1º MARÇO** contará, ainda, em sua estrutura administrativa, com um Conselho de Ética, encarregado de analisar casos de infração das Normas Técnicas de Certificação, cabendo ela pela exclusão ou não do associado infrator.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho de Ética será composto por três membros, sendo do Diretor Técnico, membro nato e coordenador, e os demais eleitos pela Assembléia Geral, para mandato de dois anos.

**ARTIGO 38** – Todos e quaisquer documentos e papéis que contribuírem obrigações, especialmente cheques emitidos, notas promissórias, aceites, endossos, contratos, bem como correspondências que exonere a responsabilidade de terceiros, somente serão aponíveis à Associação se contiverem, obrigatoriamente, as assinaturas de dois membros da Diretoria designada para tal final.

**ARTIGO 39** – O Conselho Fiscal da **AAFO 1º MARÇO** compor-se-á de três membros titulares e três suplentes, eleitos binualmente pela Assembléia Geral, competindo-lhe o exame, a fiscalização e a aprovação das contas e dos atos da Diretoria Executiva, relativos à gestão financeira e patrimonial da **AAFO 1º MARÇO**, podendo ser reeleitos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

**ARTIGO 40** – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente sessenta dias após o término do exercício financeiro, para apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva e aprovar as contas e os balanços econômico-financeiros.



*[Handwritten signature]*  
L. J. Roberto Moura Neto

**ARTIGO 41 – Compete ao Conselho Fiscal:**

- a) examinar os livros de escrituração da Associação;
- b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação;
- c) requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- d) acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) convocar extraordinariamente à Assembléia Geral.

**CAPÍTULO VI**

**DA PRESTACAO DE CONTAS**

**ARTIGO 42 – A prestação de contas da Associação observará o mínimo:**

- a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos juntos ao INSS e ao FGTS, colocando-os á disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, de aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 43 – A AAFO 1º MARÇO** será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tomar impossível a continuação de sua atividades, Assembléia esta que também decidira sobre o destino do patrimônio da entidade.

**ARTIGO 44 –** O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

**ARTIGO 45 –** Os casos omissos no presente Estatuto serão dirimidos no Regimento Interno e referendados em Assembléia Geral.



*[Handwritten signature]*  
Inal Rinhorn H. H. H.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Aprovado em sessão de Assembléia Geral, realizada em 13 de março de 2006.

*Olivo Gambim*

Olivo Gambim  
Presidente

RG: 5.262.360-0 SSP/PR

CPF: 146.215.509-00

End.: Comunidade São João – Estrada Gorete  
São José das Palmeiras – PR

Cep: 85.898-000

*Gilberto de Souza Ribeiro*

Gilberto de Souza Ribeiro  
Tesoureiro

RG: 3.433.047-6

CPF: 467.960.109-49

End.: Comunidade São Joaquim  
Lote Rural: 251

São José das Palmeiras – PR  
Cep: 85.898-000

*Luiza Kesler*

Luiza Kesler  
Secretária

RG: 4.776.665-6 SSP/PR

CPF: 024.369.389-84

End.: Comunidade São João, BR 317, Km 57  
São José das Palmeiras – PR

Cep: 85.898-000



Reconhecido por semelhança da(s) firma(s)

*Olivo Gambim*  
*Gilberto de Souza Ribeiro e Luiza Kesler (3)*

Em 11<sup>ta</sup> de março de 2006, em São José das Palmeiras, PR, eu, Jureia Terezinha Schwambach, Tabelião, dou fé da verdade.

Jureia Terezinha Schwambach - TABELIÃ  
Eliane Schwambach - Escrevente Juruante

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS SANTA HELENA - PARANÁ	
Apontado nesta data sob N.º <u>11.251</u> do	Transcrito hoje sob n.º <u>935</u> do Livro <u>A-7</u>
Protocolo n.º A. <u>1</u>	às fls. <u>21-30</u>
Santa Helena, <u>04</u> de <u>ABRIL</u> de <u>2006</u>	
<i>Vanderlei João Farias</i> Vanderlei João Farias OFICIAL DESIGNADO	

Comarca de Santa Helena - Paraná de Distribuidor e Anexos	
FUNARPEN SELO DE AUTENTICIDADE Ao Cartório	N.º <u>186/2006</u>
Santa Helena	<u>04/04/2006</u>
DISTRIBUIDOR <i>João Roberto Hauenstein</i>	

*João Roberto Hauenstein*  
Advogado OAB/PR 30.165  
CPF 283.601.509-82

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>07.929.675/0001-69</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>04/04/2006</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>AAFO 1 MARCO</b>			PORTE <b>DEM AIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>EST PARTE DO LOTE RURAL 25 DA GLEBA N 02</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP <b>85.898-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>LINHA BARRA FUNDA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO JOSE DAS PALMEIRAS</b>	UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ilson1@uol.com.br</b>		TELEFONE <b>(45) 3272-1489</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>04/04/2006</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **10/05/2018** às **09:19:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO**  
**CNPJ: 07.929.675/0001-69**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:02:05 do dia 10/01/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/07/2018.

Código de controle da certidão: **F170.9B0D.8528.DAFB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 018028196-52**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **07.929.675/0001-69**

Nome: **ASSOC MUN DA AGRIC FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARCO**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 06/09/2018 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

## **CERTIDÃO NEGATIVA Nº 85/2018**

NOME CIVIL OU COMERCIAL:

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO**

RESIDÊNCIA OU DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO  
**SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR**

INSCRIÇÃO NO CNPJ OU CPF:  
**CNPJ: 07.929.675/0001-69**

REFERÊNCIA

Pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Estrada Parte do Lote Rural 25, zona rural, nº s/n, neste Município de São José das Palmeiras, Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná. Ramo de atividade: Atividades de associações de defesa de direitos sociais, Atividade de organizações associativas ligadas à cultura e à arte, Atividades associativas não especificadas anteriormente.

FINALIDADE DA CERTIDÃO

Para fins Diversos.

PRAZO DE VALIDADE

A mesma tem validade de 60 dias.

Ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município de cobrar quaisquer créditos tributários, CERTIFICO, para a finalidade acima indicada, não existir débitos com a Fazenda do Município, referente a impostos, taxas e multas e demais tributos municipais até a presente data, pelo que, na forma dos dispositivos regulamentares vigentes, forneço a presente CERTIDÃO NEGATIVA, a qual produzirá os efeitos legais.

São José das Palmeiras, 07 de maio de 2018.

  
**José Leonardo Marques**  
TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 07929675/0001-69  
**Razão Social:** ASSOCIACAO MUNIC DA AGRIC FAMILIAR E ORGAN 1 DE MARCO  
**Nome Fantasia:** AAFO1 MARCO  
**Endereço:** RUA SETE DE SETEMBRO SN SALA / CENTRO / SAO JOSE DAS PALMEIRAS / PR / 85898-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/05/2018 a 02/06/2018

**Certificação Número:** 2018050405044279527353

Informação obtida em 09/05/2018, às 14:19:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# Tribunal de Contas do Estado do Paraná

## Certidão Liberatória

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRÍCOLA 1 MARÇO**

**CNPJ Nº: 07.929.675/0001-69**

**FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE**

**É CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRÍCOLA 1 MARÇO** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

**VALIDADE:** CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 22/10/2017, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM [WWW.TCE.PR.GOV.BR](http://WWW.TCE.PR.GOV.BR).

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado  
do Paraná

Código de controle **3994.AQQP.2482**  
Emitida em **23/08/2017** às **15:30:24**

Dados transmitidos de forma segura.



ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP  
Departamento de Administração de Material - DEAM  
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DO ESTADO

Certificado de Registro Cadastral - Completo

Certificado N.º 89838/2018  
Emitido em 11/05/2018 Documento válido por 15 dias.  
Fornecedor 07.929.675/0001-69 - Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março  
Endereço Linha Barra Funda, S/N - Area Rural  
CEP: 85898-000 São José das Palmeiras-PR  
Capital Social R\$ 0,00

Situação do Cadastro

REGULAR

Documentações Válidas

CNAE/Nat. Jurídica	Documento	N.º	Emissão	Vencimento
399-9	Declaração de não utilização de mão-de-obra infantil	01/2018	09/05/2018	09/05/2019
399-9	Certidão Negativa de Tributos Estaduais no Estado do Paraná	018028196-52	09/05/2018	06/09/2018
399-9	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	201805040 504427952 7353	09/05/2018	02/06/2018
399-9	Certidão Negativa de Tributos Municipais	85/2018	07/05/2018	07/07/2018
399-9	Alvará de funcionamento	01/2018	16/03/2018	31/12/2018
399-9	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	146282050	16/03/2018	11/09/2018
399-9	Inscrição no Cadastro de Contribuinte do Estado	905073168 2	10/01/2018	31/12/2018
399-9	Prova dos administradores em exercício	01	10/01/2018	18/12/2019
399-9	Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND	F170.9B0D. 8528.DAFB	10/01/2018	09/07/2018
399-9	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ	079296750 00169	10/01/2018	31/12/2018
9400-0/00	Ata de eleição da última diretoria	01	18/12/2017	18/12/2019
399-9	Cédula de Identidade dos Diretores/Gerentes	01	07/06/2016	
399-9	Balanco Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Termo de Abertura e Encerramento	S/N	31/12/2016	30/06/2018
399-9	Estatuto	02	13/03/2006	31/05/2018





ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP  
Departamento de Administração de Material - DEAM  
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DO ESTADO

Certificado de Registro Cadastral - Completo

Certificado N.º 89838/2018

(Continuação)

Documentações Válidas

CNAE/Nat. Jurídica	Documento	N.º	Emissão	Vencimento
399-9	Cadastro de Pessoa Física - CPF dos Diretores/Gerentes	45284431987		
399-9	Cadastro de Pessoa Física - CPF dos Diretores/Gerentes	50277812968		

Atividade(s) Econômica(s)

CNAE	Descrição da Atividade	Situação da Habilitação
9430-8/00	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	Sem Pendência

Linhas(s) de Fornecimento

Código	Descrição
8905	Hortifrutigranjeiros

Vínculos de Dirigentes

Dirigente	Consta como Fornecedor	Empresas em que consta como sócio	Empresas em que consta como dirigente
805.212.749-15-José Roberto Rigo	-	-	07.929.675/0001-69-Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março(Presidente)
452.844.319-87-Jeremias Franco de Oliveira	-	-	07.929.675/0001-69-Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março(Diretor)
502.778.129-68-Ademir Agostinho Zamban	-	-	07.929.675/0001-69-Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março(Diretor)

Obs.: - A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço:  
[www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) opção: Cadastro de Licitantes do Estado  
- Certificado emitido gratuitamente.

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## COMARCA DE SANTA HELENA – ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR,  
DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL

SERGIO ALVES DREHER

OFICIAL DESIGNADO



## CERTIDÃO

NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

SERGIO ALVES DREHER, Titular Designado do Cartório Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste único Cartório do Distribuidor Público e Anexos da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verifiquei a **INEXISTÊNCIA**, específica de **FALÊNCIAS OU CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 11.101/2005)**, de responsabilidade de:

**ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.929.675/0001-69, estabelecida na Estrada Parte do Lote Rural nº 25, da Gleba nº 02, s/nº, na localidade de Linha Barra Funda, Município de São José das Palmeiras – Pr., nesta Comarca.

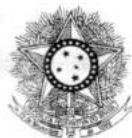
Dada e passada nesta Cidade e Comarca de SANTA HELENA, Estado do Paraná, ao(s) 10 dia(s) do mês de Maio do ano de 2018.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

**SERGIO ALVES DREHER**

*Oficial Designado*

A presente Certidão Negativa somente terá validade com o carimbo oficial do Cartório Distribuidor  
EDÍFICIO DO FÓRUM – AVENIDA BRASIL, 1550, CENTRO – CEP: 85.892-000 – FONE: (45)3268.1248



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.929.675/0001-69

Certidão nº: 146282050/2018

Expedição: 16/03/2018, às 10:47:10

Validade: 11/09/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 D E M A R C O (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.929.675/0001-69, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Extrato de DAP Pessoa Jurídica**

Chave do extrato: 35805314

Emitido em: 09/05/2018 às 11:29:11

DAP: SDW0792967500012804171115      Versão DAP: 3.2      Emissão: 28/04/2017      Validade(\*): 28/04/2019

**Informações da Pessoa Jurídica**

CNPJ: 07.929.675/0001-69

Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO

Tipo Pessoa Jurídica: Associação da AF

Município/UF: São José das Palmeiras/PR

Data Constituição: 01/03/2006

Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO

CPF: 805.212.749-15

**Informações da DAP**

Emissor: INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER

CNPJ: 78.133.824/0001-27

Agente Emissor: ADILSON WINTER

CPF: 615.818.959-68

Local de Emissão: São José das Palmeiras/PR

**Composição Societária**

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Demais agricultores familiares	61	88,41
Indígena	1	1,45

**Resultado Composição Societária**

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	62	89,86
Associados sem DAP	7	10,14
<b>Total dos Associados</b>	<b>69</b>	<b>100%</b>

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

# Declaração de Aptidão ao Pronaf

1ª via - Beneficiário 2ª via - Emissor

## I - Identificação da Pessoa Jurídica

1.CNPJ: 07.929.675/0001-69  
 3.Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO  
 4.Nome Fantasia: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO  
 6.Email:  
 8.Endereço: LINHA SÃO JOAQUIM  
 10.Bairro e Distrito: ÁREA RURAL  
 12.Município - UF: São José das Palmeiras - PR  
 13.Telefone: Tipo COMERCIAL DDD: 45 Número: 3259-1578

2.Inscrição Estadual: 9050731682  
 5.Data de Constituição: 01/03/2006  
 7.Site:  
 9.Número S/N:  
 11.CEP: 85868-000  
 Rameal:

SDW0792967500012804171115

## II - Identificação do quadro social

1. Número total de associados: 60 - Realizado em 2013

2. Número de ações Participativas Familiares: 05

## III - Informações complementares

1. Tipo de Pessoa Jurídica: Associação AF

## IV - Declaração do(a) Responsável pela Entidade

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do código Penal), que os dados acima correspondem à verdade.

Nome: JOSÉ ROBERTO RIGO

CPF: 805.212.749-15

Assinatura: *[Assinatura]*

Local: São José das Palmeiras, PR

Polgar direito 1

Polgar direito 2

## V - Atestado da Entidade Credenciada pelo SEAD

Atesto que a Pessoa Jurídica acima identificada atende ao quesito - Composição societária (Conforme estabelecido no MCR) - para ser enquadrada como BENEFICIÁRIA ESPECIAL de operações de crédito rural de apoio do Pronaf.

Razão Social: INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - EMATER  
 Instituição: CNPJ: 78.133.824/0001-27

Representante: CPF: 615.518.959-68

São José das Palmeiras, 28/04/17  
 Local

Adilson Winter  
 Assinatura

Adilson Winter  
 CREA-PR Nº 4522-10  
 EIA

DAPWEB - emitida pelo site do SEAD/PR

Atenção: Este documento é gratuito

MODELO 3.2

Data da Geração: 28/04/2017





**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Lista de Associados com DAP**

Chave do extrato: 35805314  
Emitido em: 09/05/2018 às 11:29:11

DAP: SDW0792967500012804171115	Versão DAP: 3.2	Emissão: 28/04/2017	Validade(*): 28/04/2019
CNPJ: 07929675000169	Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO		

**Categoria: Demais agricultores familiares**

CPF	Nome	Numero DAP	Validade	Enquadramento
02038740992	ADEMAR CATTANI	SDW0020387409920804160253	08/04/2019	V
02376662940	ADEMIR BORTOLUZZI	SDW0023766629401904170955	19/04/2019	V
33487235900	ADEMIR?O SANCHES PERES	SDW0334872359001305161046	13/05/2019	V
30291011934	ADZO MOREIRA DE SOUZA	SDW0302910119342208120511	22/08/2018	B
33434425934	AGOSTINHO FASSICOLO	SDW0334344259340506170229	05/06/2019	V
11975385934	AL<PIO J. HOELSCHER	SDW0119753859341312171105	13/12/2019	V
07422709987	ALTAMIRO M. SARMENTO	SDW0074227099871712120307	17/12/2018	V
47654244991	ANTONIO COGIELSKI	SDW0476542449911712120247	17/12/2018	B
12660644	ANTONIO F. P. PINTO	SDW0438126606440205170839	02/05/2019	V
04219163972	ARCINDO BASSI	SDW0042191639721310160345	13/10/2019	V
70745412904	ARI K. SARMENTO	SDW0707454129040205180844	02/05/2020	V
39510697915	BELARMINO P. PINTO	SDW0395106979153009160404	30/09/2019	V
83091033953	CARLOS ROBERTO RIBEIRO	SDW0830910339531703171044	17/03/2020	V
40819108987	CARLOS RODRIGUES DA SILVA	SDW0408191089870203170924	02/03/2020	V
00833071920	CIBELE CRISTINA ZAMBAN	SDW0502778129680102180301	01/02/2020	V
29769191949	CICERO JERMANO VIEIRA DA SILVA	SDW0297691919492911171027	29/11/2019	V
19155301991	DANILO WIEDERKEHER	SDW0191553019913009160333	30/09/2019	V
54999413949	EDEMAR WITT	SDW0549994139491312171124	13/12/2019	V
00688084966	ELIANE CONEJO DE MEDEIROS	SDW0018821609080311160223	03/11/2019	V
03341793941	ELIZA WALTER ZIMPEL	SDW0033417939410205170915	02/05/2019	V
03433135967	GERUSA DA SILVA NASCIMENTO	SDW0023766629401904170955	19/04/2019	V
95565272904	HULDA KAMCHEN FACHI	SDW0955652729042909160230	29/09/2019	V
28363647934	IRINEU S. PRANDO	SDW0283636479342012161116	20/12/2019	V
12390056873	IVANEIDE T. DE ANDRADE	SDW0123900568731112121208	11/12/2018	B
03121561979	IVONETE TAVARES DE SOUZA	SDW0467192539720412150227	04/12/2018	V
02072152941	IZAEL M. COIMBRA	SDW0020721529410612170339	06/12/2019	B
02357656948	JANETE APA RECIDA JEGGLI	SDW0663018749001611170235	16/11/2019	V
284431987	JEREMIAS F. DE OLIVEIRA	SDW0452844319872102170317	21/02/2020	V
43148166949	JORGE RUUBENS CONEJO	SDW0431481669493009160347	30/09/2019	B
66378222991	JOS? M. BASSI	SDW0663782229912906160350	29/06/2019	V
80521274915	JOS? R. RIGO	SDW0805212749152801131050	28/01/2019	V
39729613915	JOS? VICENTE NERES	SDW0397296139151112150309	11/12/2018	V
80520510968	JOSE EUGENIO FILHO	SDW0805205109680208171045	02/08/2019	V
68102151900	JOSUEL FRANCISCO MEDEIROS	SDW0681021519001707171047	17/07/2019	V
02414842946	MARIA DA SILVA PINTO	SDW0024148429460712150902	07/12/2018	V
99578123949	MARIA DAS DORES O. DA SILVA	SDW0995781239492901181107	29/01/2020	B
05026960952	MARIA DAS GRAÇAS DE O. DE PAULA	SDW0050269609521009120908	10/09/2018	B
90560701934	MARIA LIANE WIEDECKER	SDW0972752719152511160337	25/11/2019	V
02427102989	MARILENE B. BRANDALIZE	SDW0476301759491806150131	18/06/2018	V
02359169947	MARINES TOZZIN	SDW0023591699471412120353	14/12/2018	V
90560906900	MARLENE SILVA DE FRAN?A	SDW0308060899202501170251	25/01/2020	V
04249555984	MARLI C. RIBEIRO	SDW0761556849872811160959	28/11/2019	V
61573922900	MILTON DOURADO PEREIRA	SDW0615739229002908171025	29/08/2019	V
03020195969	NASALETE BORRE	SDW0030201959690412150943	04/12/2018	V
80520405900	NILSON ALVINO ULNHORST	SDW0805204059002606171055	26/06/2019	V
04051924955	ODAIR APA RECIDO PRANDO	SDW0040519249550803181113	08/03/2020	V
52480593991	PAULO UNHORST	SDW0524805939910308171139	03/08/2019	V
66301874900	PEDRO BENO KAER	SDW0663018749001611170235	16/11/2019	V
55463371920	PEDRO G. DOS SANTOS	SDW0554633719200205180240	02/05/2020	V
52463010959	REINALDO P. NEVES	SDW0524630109591708171012	17/08/2019	V

33415315991	RENIDIO WEIDAUER	SDW0334153159910810150810	08/10/2018	V
71829466968	RITA C. DO NASCIMENTO	SDW0283420119681804170939	18/04/2019	V
80520294904	ROBERTO MAURO ROSA DOS SANTOS	SDW0805202949042408150938	24/08/2018	V
64403556949	ROQUE DOS A. DE JESUS	SDW0644035569490603171133	06/03/2020	V
93084374953	ROSALINO DE SENE	SDW0930843749532410120546	24/10/2018	B
22532498900	RUBEN HUNHOFF	SDW0225324989000203161023	02/03/2019	V
02138222969	SILVANA MOREIRA	SDW0021382229692909161010	29/09/2019	V
64368327934	VALDECIR A. FERREIRA	SDW0643683279340601171106	06/01/2020	V
86126563972	VALMIR EUJENIO	SDW0861265639720102180250	01/02/2020	B
05691884905	VIVIANE MATTER	SDW0034528159431109120250	11/09/2018	V
50266128904	WALDIR GALDINO	SDW0502661289041312170310	13/12/2019	V

Total Categoria: 61

## Categoria: Indígena

CPF	Nome	Numero DAP	Validade	Enquadramento
28315294920	ROMEJ SIPP	SDW0283152949202909160239	29/09/2019	V

Total Categoria: 1

Total sócios: 62

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



**Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
Secretaria de Agricultura Familiar  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Lista de Associados sem DAP**

Chave do extrato: 35805402

Emitido em: 09/05/2018 às 11:30:37

DAP: SDW0792967500012804171115	Versão DAP: 3.2	Emissão: 28/04/2017	Validade(*): 28/04/2019
CNPJ: 07929675000169	Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO		

CPF	Nome	Data Filiação
00653530994	ADRIANA P. DRESCHER	01/03/2006
71818901900	ALTEMIR A. ZAMBAN	01/03/2006
45363153904	GESSI GON?ALVES	01/03/2006
43168752991	JERONIMO ECKERDT	01/03/2006
57731993949	NADIR A. DE ANDRADE	01/03/2006
04400114937	ROSELI APª PIRES DE F. AZEVEDO	05/01/2010
01957901977	WLADIMIR L. ZAMBAN	01/03/2006

Total sócios: 7

(\*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

# ANEXO I

## MODELO DE PROJETO DE VENDA GRUPOS FORMAIS

### PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

#### I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

##### GRUPO FORMAL


1. Nome do Proponente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO - AAFO		2. CNPJ 07.929.675/0001-69	
3. Endereço: LINHA BARRA FUNDA		4. Município/UF SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR	
5. E-mail:	6. DDD/Fone: 45 988043358	7. CEP: 85 898 000	
8. Nº DAP jurídica: SDW0792967500012804171115	9. Banco: Banco do Brasil	10. Agência Corrente: Agência 2577-1	11. Conta nº da Conta 15.118-1
12. Nº de Associados: 69 (sessenta e nove)	13. Nº de Associação de acordo com a Lei nº 11.326/2016		14. Nº de Associados com DAP Física 62 (sessenta e dois) Associados sem DAP 07 (Sete)
15. Nome do Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO	16. CPF: 805.212.749-15		DDD/Fone: 45 98804-3358
8. Endereço LINHA SÃO JOAQUIM		19. Município/UF SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR	

#### II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade: Prefeitura do Município de São José das Palmeiras/Departamento de Agricultura	2. CNPJ 77.819.605/0001-33	3. Município/UF: São José das Palmeiras - Paraná
4. Endereço Rua 7 de Setembro 01		5. DDD/Fone: 45 3259-1578
6. Nome do Representante e e-mail: Ademir Agostinho Zamban ademir.zamban@hotmail.com		7. CPF 502.778.129-68

Item	Especificação	Unidad e (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos – Conv	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca desças. emb. Cong. Convencional	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface – Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho – Convencional -	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão – Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica – convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata – Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce – convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba - convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
11	Bolacha caseira - convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis - convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha - convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura - convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu - convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga - convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples- convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso - convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores - convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba - convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima - convencional	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maçã - convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão - convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
24	Melancia convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) - convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho - convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha - convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncã - convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
30	Abacaxi - convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pêra - convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott - convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino – convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate – convencional	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL.....					R\$ 28.994,30

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data São José das Palmeiras, 10 de maio de 2018	Assinatura do Representante do Grupo Formal 	Fone/e-mail: 45 98804-3358
--	--	-------------------------------

Obs\* Preço publicado no edital de chamamento 01/2018



**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA  
1º DE MARÇO – AAFO  
CNPJ 07.929.675/0001-69  
INSC. ESTADUAL 90507316-82  
LINHA BARRA FUNDA  
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PARANÁ**

À Comissão de Licitações

Declaração de Idoneidade

A **Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março – AAFO**, estabelecida na Linha Barra Funda – São José das Palmeiras – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 07.929.675/0001-69. Declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

São José das Palmeiras - PR, 10 de Maio de 2018..



**JOSÉ ROBERTO RIGO**

Presidente

CPF 805.212.749-15

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA**

**1º MARÇO – AAFO**

**CNPJ 07.929.675/0001-69**

**INSC. ESTADUAL 90507316-82**

**LINHA BARRA FUNDA**

**SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PARANÁ**

**DECLARAÇÃO**

Ao

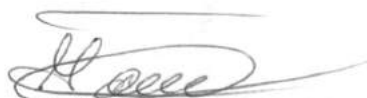
Município de São José das Palmeiras/PR

À Comissão de Licitação

**A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA**

**1º MARÇO – AAFO**, cita na Linha Barra Funda, na cidade de São José das Palmeiras PR, inscrita no CNPJ sob o nº 07.929.675/0001-69, por seu representante legal **JOSÉ ROBERTO RIGO**, portador da cédula de identidade nº 43819909 SSP/PR. Declara que **CONCORDA** em entregar os produtos conforme normas estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2018 e Termo de Credenciamento com valor de preestabelecidos, conforme o Anexo I do presente edital.

São José das Palmeiras PR. 10 de Maio de 2018.



**JOSÉ ROBERTO RIGO**

Presidente

CPF 805.212.749-15

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA**

**1º MARÇO – AAFO**

**CNPJ 07.929.675/0001-69**

**INSC. ESTADUAL 90507316-82**

**LINHA BARRA FUNDA**

**SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PARANÁ**

**ANEXO III**

**À Comissão de Licitações**

**DECLARAÇÃO**

A Associação municipal da agricultura familiar e orgânica 1º de março – AAFO, estabelecida na Linha Barra Funda – São José das Palmeiras – PR inscrita no CNPJ nº 07.929.675/0001-69, declara para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento nº 001/2018, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

São José das Palmeiras - PR, 10 de Maio de 2018.

  
**JOSÉ ROBERTO RIGO**  
Presidente  
CPF 805.212.749-15



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 029/2018**  
**CREDENCIAMENTO Nº 01/2018**  
**REF. PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2018**

Pelo presente instrumento o Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro - São José das Palmeiras-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado de CREDENCIANTE, e Associação Municipal da Agricultura Familiar 1 de Marco, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.929.675/0001-69, estabelecida na Est. Parte do Lote Rural 25 da Gleba n 02 – Linha Barra Funda – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu presidente o Sr. José Roberto Rigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Estrada São Joaquim, s/n – zona rural – São José das Palmeiras-PR, doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

A presente licitação objetiva o CREDENCIAMENTO para a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A CREDENCIADA deverá atender os produtos na Escola Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

A CREDENCIADA deverá:

- a – Fornecer os gêneros alimentícios, conforme os termos deste credenciamento.
- b – Entregar os gêneros alimentícios na Escola Municipal.
- c – Encaminhar ao CREDENCIANTE, até o dia 30 de cada mês, a relação de dos produtos fornecidos, com apresentação de nota-fiscal em nome do Município de São José das Palmeiras/PR

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

Pela entrega dos produtos, objeto deste Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA tarifa nas seguintes bases:

**DO VALOR**

Item	Especificação	Unidad e (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos – Convencional	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca descascada emb. Cong. Convencional	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface – Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho – Convencional	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão – Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica – convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata – Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce – convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

11	Bolacha caseira convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima convencional	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maça convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
24	Melancia convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncã convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
30	Abacaxi convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pêra - convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino - convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate - convencional -	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL.....					R\$ 28.994,30

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

Os produtos entregues serão pagos conforme repasse do Governo Federal, mediante:

- Apresentação da nota fiscal;
- Apresentação de Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; Certidão Negativa de Débitos Estaduais

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente pacto vigorará até 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado em até igual período, mediante termo aditivo e consensual se a administração achar conveniente. Se houver prorrogação deste Termo de Credenciamento, será usado como indexador o índice do IGPM anual.

#### CLAUSULA SEXTA – DOTAÇÃO

Para o objeto deste Termo de Credenciamento os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	880	05.001.12.361.0004.2028	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2018	890	05.001.12.361.0004.2028	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

A(S) CREDENCIADAS(S) obriga(m)-se:

- Entregar os produtos em conformidade com o este termo de credenciamento.
- Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, tributárias, material, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

II a. Sub-entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessórios e/ou necessárias, não especificadas neste contrato.

III - Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

IV - Prestar informações sobre os produtos entregues.

V - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

Compete a CREDENCIANTE:

I - Efetuar o pagamento para a CREDENCIADA, conforme previsto neste termo de credenciamento.

#### **CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e §1º ao §3º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente termo de credenciamento.

Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à CREDENCIADA, multa na razão de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor mensal dos serviços prestados, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2 (dois) dias úteis e no máximo 8 (oito) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, o termo de credenciamento será rescindido, sendo aplicada a pena prevista no inciso III, do Artigo 87, da Lei 8666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:

I - Recusa injustificada em proceder ao início dos trabalhos, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do termo de credenciamento.

II - No caso de suspensão ou paralisação dos serviços sem motivos justificados.

III - O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente termo de credenciamento.

VI - Não repassar os valores arrecadados até o segundo dia útil após a data do recebimento, que deverá ser efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do Município.

A CREDENCIANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CREDENCIADA, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

As penalidades previstas serão aplicadas sem prejuízos das cominações estabelecidas na Lei 8.666/93, de 21/06/93 e alterações introduzidas na Lei 8.883 de 08/06/94.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS**

No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Nona, a CREDENCIANTE, notificará a(s) CREDENCIADA(S), para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá, depois de garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções, conforme o artigo 87 da Lei 8.666/93:



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

a. Advertência.

b. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor mensal do termo de credenciamento, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula deste, dobrável em caso de reincidência.

c. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a 2 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada, com base na letra "c" desta cláusula.

As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CREDENCIADA**

A CREDENCIADA não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente instrumento, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CREDENCIADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS E LEI REGRADORA**

O presente termo de credenciamento reger-se-á pelo Edital de Chamamento Público nº 01/2018 e pela Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e demais subseqüentes, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO**

Fica vinculado o presente instrumento ao termo do Edital de chamamento público nº 01/2018 e que com seus ANEXOS integra-se este termo de credenciamento, independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO**

A CREDENCIADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, consoante prevê o artigo 77 e 78 da lei vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUITA - DA LEI REGRADORA**

O presente termo de credenciamento reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL**

São motivos de rescisão do Termo de Credenciamento, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no Artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

a - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 60 (sessenta) dias pelo interessado. B - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d - venha a agir com dolo, culpa simulação ou em fraude na execução dos serviços.



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

e - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento.

f - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

g - reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.

h - falta grave a Juízo do Município.

i - abandono total ou parcial do serviço.

j - não dar início às atividades no prazo previsto.

l - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

m - rescisão, em conformidade com art. 78 e parágrafos, da Lei 8666/93 e posteriores alterações.

n - descumprimento, pela CREDENCIADA, das penalidades impostas pela CREDENCIANTE.

o - prestação dos serviços de forma inadequada.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados no valor avençado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, a **Sra. Dgessica Caroline Niederle** ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

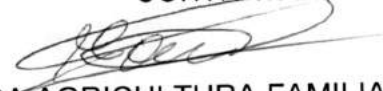
**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

As partes elegem o Foro da comarca de Santa Helena/PR para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

São José das Palmeiras, 14 de Maio de 2018.

  
GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

  
ASSOCIAÇÃO MUN. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO  
JOSÉ ROBERTO RIGO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 029/2018**  
**CREDENCIAMENTO Nº 01/2018**  
**REF. PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2018**

Pelo presente instrumento o Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro – São José das Palmeiras-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado de CREDENCIANTE, e Associação Municipal da Agricultura Familiar 1 de Marco, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.929.675/0001-69, estabelecida na Est. Parte do Lote Rural 25 da Gleba n 02 – Linha Barra Funda – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu presidente o Sr. José Roberto Rigo, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Estrada São Joaquim, s/n – zona rural – São José das Palmeiras-PR, doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

A presente licitação objetiva o CREDENCIAMENTO para a aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A CREDENCIADA deverá atender os produtos na Escola Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

A CREDENCIADA deverá:

- a – Fornecer os gêneros alimentícios, conforme os termos deste credenciamento.
- b – Entregar os gêneros alimentícios na Escola Municipal.
- c – Encaminhar ao CREDENCIANTE, até o dia 30 de cada mês, a relação de dos produtos fornecidos, com apresentação de nota-fiscal em nome do Município de São José das Palmeiras/PR

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

Pela entrega dos produtos, objeto deste Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA tarifa nas seguintes bases:

**DO VALOR**

Item	Especificação	Unidad e (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos – Convencional	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca descascada emb. Cong. Convencional	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface – Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho – Convencional	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão – Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica – convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maça/prata – Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce – convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

11	Bolacha caseira convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima convencional	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maça convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
24	Melancia convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncã convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
30	Abacaxi convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pêra - convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino - convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate - convencional -	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL.....					R\$ 28.994,30

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

Os produtos entregues serão pagos conforme repasse do Governo Federal, mediante:

- Apresentação da nota fiscal;
- Apresentação de Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; Certidão Negativa de Débitos Estaduais

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente pacto vigorará até 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado em até igual período, mediante termo aditivo e consensual se a administração achar conveniente. Se houver prorrogação deste Termo de Credenciamento, será usado como indexador o índice do IGPM anual.

#### CLAUSULA SEXTA – DOTAÇÃO

Para o objeto deste Termo de Credenciamento os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	880	05.001.12.361.0004.2028	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2018	890	05.001.12.361.0004.2028	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

A(S) CREDENCIADAS(S) obriga(m)-se:

I – Entregar os produtos em conformidade com o este termo de credenciamento.

II - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, tributárias, material, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

II a. Sub-entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessórios e/ou necessárias, não especificadas neste contrato.

III - Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

IV - Prestar informações sobre os produtos entregues.

V - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

Compete a CREDENCIANTE:

I - Efetuar o pagamento para a CREDENCIADA, conforme previsto neste termo de credenciamento.

#### **CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e §1º ao §3º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente termo de credenciamento.

Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à CREDENCIADA, multa na razão de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor mensal dos serviços prestados, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2 (dois) dias úteis e no máximo 8 (oito) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, o termo de credenciamento será rescindido, sendo aplicada a pena prevista no inciso III, do Artigo 87, da Lei 8666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:

I - Recusa injustificada em proceder ao início dos trabalhos, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do termo de credenciamento.

II - No caso de suspensão ou paralisação dos serviços sem motivos justificados.

III - O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente termo de credenciamento.

VI - Não repassar os valores arrecadados até o segundo dia útil após a data do recebimento, que deverá ser efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do Município.

A CREDENCIANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CREDENCIADA, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

As penalidades previstas serão aplicadas sem prejuízos das cominações estabelecidas na Lei 8.666/93, de 21/06/93 e alterações introduzidas na Lei 8.883 de 08/06/94.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS**

No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Nona, a CREDENCIANTE, notificará a(s) CREDENCIADA(S), para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá, depois de garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções, conforme o artigo 87 da Lei 8.666/93:



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

a. Advertência.

b. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor mensal do termo de credenciamento, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula deste, dobrável em caso de reincidência.

c. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a 2 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada, com base na letra "c" desta cláusula.

As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CREDENCIADA

A CREDENCIADA não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente instrumento, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CREDENCIADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS E LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pelo Edital de Chamamento Público nº 01/2018 e pela Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e demais subseqüentes, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

Fica vinculado o presente instrumento ao termo do Edital de chamamento público nº 01/2018 e que com seus ANEXOS integra-se este termo de credenciamento, independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CREDENCIADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, consoante prevê o artigo 77 e 78 da lei vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUITA - DA LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL

São motivos de rescisão do Termo de Credenciamento, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no Artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

a - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 60 (sessenta) dias pelo interessado. B - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

c - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

d - venha a agir com dolo, culpa simulação ou em fraude na execução dos serviços.



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

- e - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento.
  - f - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - g - reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.
  - h - falta grave a Juízo do Município.
  - i - abandono total ou parcial do serviço.
  - j - não dar início às atividades no prazo previsto.
  - l - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.
  - m - rescisão, em conformidade com art. 78 e parágrafos, da Lei 8666/93 e posteriores alterações.
  - n - descumprimento, pela CREDENCIADA, das penalidades impostas pela CREDENCIANTE.
  - o - prestação dos serviços de forma inadequada.
- Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados no valor avençado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, a **Sra. Dgessica Caroline Niederle** ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

As partes elegem o Foro da comarca de Santa Helena/PR para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

São José das Palmeiras, 14 de Maio de 2018.

  
GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

  
ASSOCIAÇÃO MUN. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO  
JOSÉ ROBERTO RIGO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_





Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MUN. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARCO

Valor:

Item	Especificação	Unidade de (kg)	Quantidade de	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos – Convencional	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional 9250	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca descascada emb. Cong. Convencional	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface – Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho – Convencional	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão – Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica – convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata – Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce – convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
11	Bolacha caseira convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima convencional	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maçã convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
24	Melancia convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncã convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
30	Abacaxi convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pêra - convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino – convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate – convencional	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL					R\$ 28.994,30

VIGÊNCIA: Expira – se em 31 de Dezembro de 2018.

São José das Palmeiras, 14 de Maio de 2018.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito Municipal

**Município de São José das Palmeiras - 2018**  
**Mapa da Licitação**  
**Processo inexigibilidade 3/2018**

Página 1

Data abertura	09/05/2018	Data julgamento	09/05/2018	Data homologação	CNPJ 07.929.675/0001-69
Produto	UN	Quantidade	Preço	Marca	
<b>Lote 001 - Lote 001</b>					
001 Abóbora Seca Descascada em Cubos -	KG	150,00	3,37 *		
002 Abóbora - Convencional	KG	100,00	2,37 *		
003 Mandioca descascada embalagem cong	KG	350,00	3,58 *		
004 Alface - Convencional	KG	300,00	3,88 *		
005 Alho - Convencional	KG	60,00	19,23 *		
006 Almeirão Convencional	KG	50,00	4,43 *		
007 Banana catupiry branca convencional	KG	100,00	2,05 *		
008 Banana maçã prata convencional	KG	400,00	2,94 *		
009 Batata doce convencional	KG	400,00	1,98 *		
010 Beterraba convencional	KG	250,00	2,55 *		
011 Bolacha caseira convencional	KG	250,00	13,45 *		
012 Brócolis convencional	KG	100,00	4,34 *		
013 Cebolinha convencional	KG	50,00	8,27 *		
014 Cenoura convencional	KG	300,00	2,24 *		
015 Chuchu convencional	KG	200,00	1,92 *		
016 Couve Mantiga convencional	KG	200,00	4,63 *		
017 Cucurbita simples convencional	KG	300,00	10,53 *		
018 Doce de leite convencional	KG	50,00	11,53 *		
019 Feijão cores convencional	KG	100,00	5,24 *		
020 Jabuticaba convencional	KG	100,00	4,30 *		
021 Laranja baía/lima convencional	KG	150,00	2,00 *		
022 Maçã convencional	KG	150,00	3,32 *		
023 Mamão convencional	KG	150,00	2,29 *		
024 Melancia convencional	KG	250,00	1,51 *		
025 Milho Verde (sem palha) convencional	KG	150,00	3,45 *		
026 Pão caseiro convencional	KG	600,00	8,40 *		
027 Repolho convencional	KG	350,00	1,72 *		
028 Salsinha convencional	KG	100,00	8,08 *		
029 Tangerina/Poncã convencional	KG	200,00	1,76 *		
030 Abacaxi convencional	KG	100,00	2,93 *		
031 Laranja pérola/lima convencional	KG	200,00	1,64 *		
032 Mexer calimurgott convencional	KG	200,00	1,81 *		

CNPJ 07.929.675/0001-69 - ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME  
17/05/2018 13:42:25

Emitido por: Claudinei, na versão 5519.0



Município de São José das Palmeiras - 2018  
Mapa da Licitação  
Processo inexigibilidade 3/2018

Página 2

Data abertura: 09/05/2018		Data julgamento: 09/05/2018		Data homologação:	
				CNPJ 07.929.675/0001-69	
Produto	UN	Quantidade	Preço	Marca	
033 Papino convencional	KG	100,00	3,00 *		
034 Tomate convencional	KG	200,00	3,23 *		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR					
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR			28.994,30		

**Município de São José das Palmeiras**  
**Processo inexigibilidade 3/2018**

**PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS**

CNPJ: 07.929.675/0001-69

Fornecedor : ASSOCIACAO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE

Endereço : PARTE LOTE RURAL 25 - LINHA BARRA FUNDA S/N - CENTRO - São José das Palmeiras/PR - CEP 85898-000

Inscrição Estadual:

E-mail:

Telefone:

Fax:

Celular:

Telefone contador:

Representante: JOSE ROBERTO RIGO

CPF: 805.212.749-15

RG: 43819909

Endereço representante: LINHA SAO JOQUIM 294 - ZONA RURAL - São José das Palmeiras/PR - CEP 85898-000

Telefone representante: 99731290

E-mail representante:

Banco: 1 - BB

Agência: 2577-1 - SANTA HELENA - Santa Helena/PR

Conta: 15118-1

Data de abertura: 03/10/2013

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	Abóbora Seca Descascada em Cubos - Convencional	150,00	KG	3,37			3,37	505,50
002	Abobrinha - Convencional	100,00	KG	2,37			2,37	237,00
003	Mandioca descascada embalagem cong - convencional	350,00	KG	3,58			3,58	1.253,00
004	Alface - Convencional	300,00	KG	3,88			3,88	1.164,00
005	Alho - Convencional	60,00	KG	19,23			19,23	1.153,80
006	Almeirão Convencional	50,00	KG	4,43			4,43	221,50
007	Banana catrura/nanica convencional	100,00	KG	2,05			2,05	205,00
008	Banana maca/prata convencional	400,00	KG	2,94			2,94	1.176,00
009	Batata doce convencional	400,00	KG	1,98			1,98	792,00
010	Beterraba convencional	250,00	KG	2,55			2,55	637,50
011	Bolacha caseira convencional	250,00	KG	13,45			13,45	3.362,50
012	Brócolis convencional	100,00	KG	4,34			4,34	434,00
013	Cebolinha convencional	50,00	KG	8,27			8,27	413,50
014	Cenoura convencional	300,00	KG	2,24			2,24	672,00
015	Chuchu convencional	200,00	KG	1,92			1,92	384,00
016	Couve Manteiga convencional	200,00	KG	4,63			4,63	926,00
017	Cuca/bolo simples convencional	300,00	KG	10,53			10,53	3.159,00
018	Doce de frutas convencional	50,00	KG	11,53			11,53	576,50
019	Feijão cores convencional	100,00	KG	5,24			5,24	524,00
020	Jabuticaba convencional	100,00	KG	4,30			4,30	430,00
021	Laranja baiana/lima convencional	150,00	KG	2,00			2,00	300,00
022	Maçã convencional	150,00	KG	3,32			3,32	498,00
023	Mamão convencional	150,00	KG	2,29			2,29	343,50
024	Melancia convencional	250,00	KG	1,51			1,51	377,50
025	Milho Verde (sem palha)convencional	150,00	KG	3,45			3,45	517,50
026	Pão caseiro convencional	600,00	KG	8,40			8,40	5.040,00
027	Repolho convencional	350,00	KG	1,72			1,72	602,00
028	Salsinha convencional	100,00	KG	8,08			8,08	808,00
029	Tangerina/Poncã convencional	200,00	KG	1,76			1,76	352,00
030	Abacaxi convencional	100,00	KG	2,93			2,93	293,00
031	Laranja péra/ lima convencional	200,00	KG	1,64			1,64	328,00
032	Mexerica/murgott convencional	200,00	KG	1,81			1,81	362,00
033	Pepino convencional	100,00	KG	3,00			3,00	300,00
034	Tomate convencional	200,00	KG	3,23			3,23	646,00

## PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 07.929.675/0001-69

Fornecedor: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE

Endereço: PARTE LOTE RURAL 25 - LINHA BARRA FUNDA S/N - CENTRO - São José das Palmeiras/PR - CEP 85898-000

Inscrição Estadual:

Contador:

Representante: JOSE ROBERTO RIGO

CPF: 805.212.749-15

RG: 43819909

Endereço representante: LINHA SAO JOOQUIM 294 - ZONA RURAL - São José das Palmeiras/PR - CEP 85898-000

E-mail representante:

Banco: 1 - BB

Agência: 2577-1 - SANTA HELENA - Santa Helena/PR

Conta: 15118-1

Telefone representante: 99731290

Fax:

Celular:

Telefone contador:

Data de abertura: 03/10/2013

PREÇO TOTAL DO LOTE: 28.994,30

TOTAL DA PROPOSTA: 28.994,30

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: 8 meses

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE

CNPJ: 07.929.675/0001-69

**CARGO: MÉDICO CLINICO GERAL PSF****CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL**

Classificação	Nome	Documento
2º	KARLA LIMA AGUILAR	11945169

II – Os candidatos deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, no período de **16 a 22 Maio do ano de 2018**, pessoalmente, munido dos documentos pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação.

III – Os candidatos serão nomeados, caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

*São José da Boa Vista-PR, 15 de Maio de 2018*

**PEDRO SERGIO KRONEIS**

Prefeito do Município

**Publicado por:**

José Ricardo da Silva

**Código Identificador:**D0A3A492

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2018 - INEXIGIBILIDADE**  
**DE LICITAÇÃO Nº 03/2018.**

**OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.

**CONTRATADO:** ASSOCIAÇÃO MUN. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1 DE MARÇO

**Valor:**

Item	Especificação	Unidade (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos - Convencional	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
2	Abobrinha - Convencional 9250	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
3	Mandioca descascada emb. Cong. Convencional	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
4	Alface - Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho - Convencional	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão - Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce - convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
11	Bolacha caseira convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja balana/lima convencional	Kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Maçã convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
23	Mamão convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
24	Melancia convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
25	Milho Verde (sem palha) convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
26	Pão caseiro convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
27	Repolho convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
28	Salsinha convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
29	Tangerina/Poncá convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00

30	Abacaxi convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
31	Laranja pera - convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
32	Mexerica/murgott convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
33	Pepino - convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
34	Tomate - convencional	Kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00
TOTAL					R\$ 28.994,30

**VIGÊNCIA:** Expira – se em 31 de Dezembro de 2018.

*São José das Palmeiras, 14 de Maio de 2018.*

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Reginaldo Vieira

**Código Identificador:**60426FA5

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**  
**DECRETO Nº 044/2018**

**DATA:** 14 de maio de 2018

**SÚMULA:** Designa membros para comporem a Comissão de Inscrição e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado para Assistente de Alfabetização Voluntário do Programa Federal Mais Alfabetização.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições.

**DECRETA:**

**Art.1º** - Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem o a Comissão de Inscrição e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado para Assistente de Alfabetização Voluntário do Programa Federal Mais Alfabetização.

**Jonas Rossato**

**Sheila Andréa Borba de Oliveira Nunes**

**Maria Claudinéia Marques Bassi**

**Regina Helena Dapper Fagundes**

**Dione Maria Poerch Amaral**

**Art.2º**- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, 14 de maio de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Reginaldo Vieira

**Código Identificador:**B3140CA2

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**  
**EDITAL Nº 001/ 2018 - PROCESSO SELETIVO**  
**SIMPLIFICADO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO**

**EDITAL Nº 001/ 2018**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES** de São José das Palmeiras estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, torna público o edital para a seleção de Assistente de Alfabetização Voluntário para o Programa Mais Alfabetização, instituído pela Portaria/MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, para Pedagogos, Magistério Médio ou graduandos do curso de pedagogia.

**1. DO PROGRAMA**

1.1. O Programa Mais Alfabetização tem por objetivo fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas dos primeiros e segundos anos do ensino fundamental.

modalidade acima, visando a "aquisição de 01 (um) veículo tipo "Pick-up" 4x4, zero quilometro destinados a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR", conforme descrito e especificado no Edital.

Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário do Item;

Data de abertura dos Envelopes: 23/05/2018

Horário limite para protocolo dos Envelopes: 09:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal.

O edital completo com seus respectivos anexos, poderá ser obtido, junto a Divisão de Licitações desta Prefeitura, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 979, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, informações complementares pelo telefone (45) 32591150.

São José das Palmeiras, 09/05/2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Reginaldo Vieira

Código Identificador:50528115

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº  
023/2018.**

Com fundamento no Art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, RATITICO a quem se habilitar, o Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, com as seguintes dotações:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	880	05.001.12.361.0004.2028	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2018	890	05.001.12.361.0004.2028	111	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

Em favor do Município, tendo presente o constante dos autos.

São José das Palmeiras, em 09/05/2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Reginaldo Vieira

Código Identificador:43ABCE2C

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 023/2018**

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações destinados a alimentação escolar, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Fundamento legal: Art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93

Credenciado:

Quem se habilitar

Prazo: O prazo de execução é até 31 de Dezembro de 2018.

São José das Palmeiras, 09/05/2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Reginaldo Vieira

Código Identificador:EE87936B

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO - "RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO" - CONTRATO 062/2018**

**PARTES:** MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, e a empresa CAVACO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP, resolvem em comum acordo, aditá-lo as seguintes alterações De acordo com a previsão do Art. 65, Inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, fica alterado a "Cláusula Primeira" do Contrato, que passa a vigorar com redação conforme a seguir: O valor a ser praticado a partir da publicação deste termo fica estabelecido conforme abaixo:

COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA MUNICIPAL DE LUZ MARINA			
Item	Unid.	Descrição	Vir Unit. c/ reeq.
6	Litros	Diesel S10 Marca: Estrada	3,44

As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo Aditivo firmado em 09 de maio de 2018.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO - "RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO" - CONTRATO 071/2018**

**PARTES:** MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, e a empresa ARALDI & FERNANDES COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA- ME, resolvem em comum acordo, aditá-lo as seguintes alterações De acordo com a previsão do Art. 65, Inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93, fica alterado a "Cláusula Primeira" do Contrato, que passa a vigorar com redação conforme a seguir: O valor a ser praticado a partir da publicação deste termo fica estabelecido conforme abaixo:

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES SÃO PEDRO DO IGUAÇU			
Item	Unid.	Descrição	Vir Unit.
1	Litros	Diesel S10 Marca: Idaza	3,39
2	Litros	Gasolina Comum Marca: Idaza	4,28
3	Litros	Diesel P5 S500 Marca: Idaza	3,32

As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo Aditivo firmado em 09 de maio de 2018.

Publicado por:

Renata de Lima Barbosa

Código Identificador:DEF7ACC7

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO**

**2º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO 014/2016**

**PARTES:** MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, e a empresa WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO DE SOFTWARE LTDA, resolvem em comum acordo, aditá-lo as seguintes alterações: De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão. Ao valor do contrato fica acrescido em **R\$ 2.388,00 (dois mil trezentos e oitenta e oito reais)**, sendo que o valor mensal permanece em R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais). O prazo de vigência passa a vigorar até 15 de maio de 2019. Termo Aditivo firmado em 09 de maio de 2018.

Publicado por:

Renata de Lima Barbosa

Código Identificador:CBE6E7A2

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS  
EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO TOMADA  
DE PREÇOS Nº 001/2018**

A Comissão Permanente de Licitações representada por seu Presidente: **Aldoir Zampiva**, designada pelo decreto 001/2018, de 02 de janeiro de 2018, comunica aos interessados na execução da obra do objeto do edital em epígrafe, que após a análise de verificação da documentação e da proposta ofertada, chegou-se ao seguinte resultado: